



**4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MOSSORÓ/RN**  
**DEFESA DA EDUCAÇÃO**

Rua José de Alencar, S/N – 1º andar, Centro, Mossoró/RN  
Tel. (84) 3315-3350/315-3348 – CEP.: 59.600-190

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE  
DA COMARCA DE MOSSORÓ.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, representado pela 4ª Promotoria de Justiça de Mossoró, com atribuição específica para Defesa da Educação, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento no art. 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei nº 8.625/93, art. 201, inciso V, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e com arrimo no **INQUÉRITO CIVIL N.º 065/2010 (em anexo)**, vem, perante V. Exa., propor a presente

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA com pedido de tutela antecipada**

em face do **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Centro Administrativo do Estado, BR 101, Km 0, Lagoa Nova - CEP: 59.064-901 - Natal/RN, na pessoa de seu representante legal, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

## 1 - SINOPSE FÁTICA

O Ministério Público vem investigando e tentando solucionar, amigavelmente, as irregularidades na estrutura física da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros desde 25/05/2005, quando determinou a instauração de Procedimento Administrativo fundamentado em denúncias feitas pelo Presidente do Grêmio Estudantil de referida escola, à época, sobre a falta de um espaço adequado para a prática da disciplina Educação Física, vez que o local destinado para tanto é um terreno baldio, além de problemas na rede elétrica, vazamento nas telhas (provenientes das chuvas), infiltrações e também oxidações das ferragens.

Assim, em 14 de abril de **2005**, o **Corpo de Bombeiros, em atendimento à requisição do Parquet**, realizou inspeção na Escola em tela, tendo constatado diversas irregularidades, como:

- 1) A cobertura apresenta vazamento nas calhas, favorecendo as **infiltrações sobre várias partes das lajes**, que por sua vez adentra aos orifícios utilizados para fixação das luminárias e ventiladores, **chegando a conduzir corrente elétrica pelas paredes úmidas** até chegar ao portão secundário que dá acesso as salas de aula deixando-o energizado;
- 2) **encontra-se por todas as partes fiação elétrica desencapada;**
- 3) presença de cupins;
- 4) a estrutura hidráulica encontra-se em grande parte sem uso por falta de manutenção;
- 5) **oxidação das ferragens** nas colunas;
- 6) fissuras verticais e eflorescência nas alvenarias de fechamento;
- 7) **a edificação não possui estrutura que permita o livre acesso de portadores de necessidades especiais a todos os ambientes da estrutura;**
- 8) inexistência sistema de hidrantes na estrutura, bem como hidrante público num raio de duzentos metros da edificação.

Nesse contexto, **em novembro de 2005**, requisitou-se esclarecimentos à 12ª DIRET, sobre o local onde eram praticadas as atividades de Educação Física e se existia projeto de construção de ginásio ou praça de esportes na Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros, além de informações quanto às condições físico-estruturais do prédio que guarnece mencionada escola e se havia projeto de reforma ou melhoramento para a mesma. Em resposta, a Diretora da 12ª DIRET informou que a prática de Educação Física **realizava-se em campo livre** e que não houve interrupção das atividades escolares.

**Em maio de 2006** requereu-se à Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEEC) informações a respeito das medidas que foram tomadas para a melhoria da estrutura física e elétrica da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros. Na mesma data requisitou-se, novamente, a realização de vistoria técnica pelo Corpo de Bombeiros e emissão de laudo conclusivo a respeito das deficiências estruturais da Escola referida.

Em atendimento, a SEEC informou, **em julho de 2006**, que foram feitos serviços de conservação e reparação das instalações físicas da citada escola, no ano de 2005, junto à empresa Quali Engenharia Ltda, na modalidade de dispensa de licitação, no valor de R\$ 14.760,87 (quatorze mil, setecentos e sessenta reais e oitenta e sete centavos).

Já o Corpo de Bombeiros encaminhou relatório de vistoria técnica , com as seguintes conclusões:

- 1) presença de cupins na cobertura;
- 2) infiltrações nas lajes por águas da chuva que adentram a edificação pelas aberturas feitas na laje para as luminárias;**
- 3) **oxidação nas ferragens** da edificação, levando ao processo de desprendimento do revestimento;
- 4) a instalação elétrica é desordenada apresentando fiação aparente e desencapada presente por toda a edificação a saber; dentro das salas de aula, no pátio de recreação e ainda em locais específicos de extremo risco.**

**Diante do relatório de vistoria *supra* constatou-se que mesmo após a realização de serviços de melhorias informados pela SEEC, várias patologias ainda persistiram.**

**Em outubro de 2007**, oficiou-se à SEEC requisitando informações sobre a existência de previsão orçamentária para a reforma do prédio da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros, bem como para a construção de uma quadra ou espaço para a prática de Educação Física e se essa Secretaria havia realizado vistoria na Escola a fim de verificar as reais necessidades de reforma da Escola.

Nessa senda, a SEEC comunicou que o orçamento para a recuperação total da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros correspondia ao valor de R\$ 233.798,00 (duzentos e trinta mil, setecentos e noventa e oito reais). Porém, como aquela Secretaria não dispunha de dotação orçamentária para execução de uma obra com esse montante, encontrava-se em abertura processo de dispensa de licitação para fazer face aos serviços emergenciais apontados pelo Corpo de Bombeiros, e que não seria necessária a remoção de alunos.

Em junho de **2008**, oficiou-se ao **Corpo de Bombeiros** requisitando uma nova vistoria nas instalações da Escola. Em atendimento, aquele órgão enviou Relatório de Vistoria Técnica com as seguintes observações:

- 1) Inexiste projeto contra incêndio e pânico para a referida escola;**
- 2) Inexiste na edificação Sistema de Prevenção e Combate Contra Incêndio e Pânico;
- 3) A edificação apresenta várias tomadas e caixas de passagens danificadas e com fiação aparente acarretando risco;**

- 4) Em vários locais da edificação é possível localizar a **presença de fiação exposta**;
- 5) Inexiste sistema de proteção por descargas atmosféricas (para-raios);
- 6) Observou-se em várias partes da alvenaria de fechamento as seguintes patologias: presença de eflorescência (salitre), a presença de bolor (água, fungos e bactérias);
- 7) A parte estrutural (vigas e colunas) apresentou oxidação da ferragem exposta bem como fissuras (trincas);
- 8) As esquadrias de uma forma geral encontram-se comprometidas;**
- 9) Observou-se a presença de **cupins** nas estruturas de madeira.(fl. 110).

**Em dezembro de 2008**, a SEEC informou que a escola em tela não tinha sido contemplada com serviços de reforma **e nem existia previsão para o ano de 2009**. Em vista disso, requisitou-se à SEEC informações acerca das providências que seriam adotadas para evitar a interdição da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros.

Desta feita, **em dezembro de 2009**, a SEEC esclareceu que estava sendo programada uma visita a referida escola para realização de vistoria, levantamento e orçamento, com a finalidade de atender e solucionar os problemas, **com previsão de reforma no orçamento para 2010**. Nessa esteira, solicitou-se à SEEC informações acerca do resultado da vistoria, levantamento e orçamento na Escola sob foco.

Assim, **em março de 2010**, a SEEC respondeu afirmando que a escola foi visitada com vistas ao levantamento das necessidades urgentes. Porém, estava no aguardo do projeto de acessibilidade para concluir a planilha orçamentária.

**Em junho de 2010**, requisitou-se ao Setor de Perícias do Ministério Público a realização de perícia na Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros. Nesse pórtico, os peritos fizeram diversas considerações sobre a estrutura do imóvel, dentre as quais:

- 1) Presença de umidade que ao longo do tempo pode ocasionar trincas, fissuras, ou rachaduras;
- 2) Existência de frechas entre as telhas, telhas quebradas e goteiras. A continuidade dessas patologias, principalmente a incidência de goteiras, pode causar o apodrecimento das madeiras das coberturas;
- 3) **Existe a possibilidade real da incidência de descargas elétricas**, pois os prédios da escola não contam com nenhum sistema de proteção contra este fenômeno;
- 4) Os pisos, tanto cerâmicos como cimentados, apresentam desgaste natural provavelmente por baixo índice de resistência das cerâmicas. O reboco apresenta manchas, fungos, bolor, descascamento da pintura e retoques com argamassa, com exceção do deslocamento e queda verificados nos ambientes citados. **As**

**esquadrias (janelas e portas) consistem na parte das salas de aula que apresentam maior comprometimento, especialmente as janelas que, dentre outras patologias, apresentam apodrecimento, remendos e lascamento da madeira, defeito, destruição e/ou falta de trincos e fechaduras. Há inclusive, ausência de porta em uma das salas de aula. As instalações elétricas são em fiação aparente** no teto (nos ambientes sem lajes de forro) e embutida (nos demais ambientes com lajes de forro).

- 5) Não há quadra esportiva e sim campo de futebol em completo abandono, com invasão de vegetação e lixo;
- 6) A pintura externa apresenta envelhecimento e mudança de tons, manchas de umidade, bolor e descascamento;
- 7) **Há presença de infiltrações** nas lajes de forro e nas paredes. As primeiras têm origem nas goteiras dos telhados (telhas quebradas, falta de telhas, frechas, etc). As outras são decorrentes do alto grau de absorção dos tijolos, da capilaridade da água do solo por deficiência do tratamento impermeabilizante das fundações, dos respingos e da fuga de água dos telhados. **A continuidade das patologias citadas pode causar o enfraquecimento das lajes e paredes, e ato contínuo, o desabamento das edificações em processo lento e contínuo;**
- 8) Segundo depoimento de funcionários e da Diretoria da escola, as goteiras dos telhados sobre as lajes de forro **atingem as luminárias através das caixas elétrica embutidas**. As infiltrações aparecem, ainda, em forma de manchas de umidade em regiões diversas das lajes. Já nos telhados aparentes (sem lajes) **as goteiras são causadas por telhas quebradas, deslocadas, ou pela ausência das mesmas**. São bem visíveis e se alastram por todos os ambientes.
- 9) **Não há acessibilidade.**

**Por fim, concluiu a perícia que a Escola necessita de uma reforma geral e da intervenção de projeto de acessibilidade.**

Ato seguinte, o Ministério Público, **ainda em 2010**, expediu **Recomendação** dirigida ao Governador do Estado do Rio Grande do Norte, à época, para: 1) apresentação de substitutivo à Lei Orçamentária Anual, do Poder Executivo, para o exercício 2011, a fim de incluir recursos financeiros suficientes a assegurar a reforma física completa, bem como projeto de acessibilidade, do prédio da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros, conforme conjunto de patologias apresentadas pelo laudo pericial.

No entanto, registre-se, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte não informou, em nenhum momento, o cumprimento à Recomendação retro.

**Em janeiro de 2011**, requisitou-se ao Corpo de Bombeiros, **pela quarta vez**, o encaminhamento de laudo de vistoria técnica do comprometimento da estrutura física, bem como do atendimento às normas de segurança de prevenção a incêndio, da

Escola Estadual Francisco de Antônio Medeiros, interditando-a caso necessário. **Nesse pórtico, em março de 2011, o Corpo de Bombeiros** encaminhou Relatório de Vistoria Técnica nº 012/11 (fls. 217/222), com as seguintes conclusões:

- 1) Sugeriu-se a recuperação imediata das patologias apontadas, no intuito de eliminar os riscos existentes e garantir a segurança dos ocupantes;**
- 2) No tocante às instalações elétricas é imprescindível que toda a planta elétrica da edificação (circuitos, dispositivos de proteção, quadros de distribuição, condutos e condutores, caixas de inspeção, aterramento elétrico, etc) seja submetida a um *retrofit*, de acordo com a NBR 5410:2005 – instalações elétricas em baixa tensão, em função da vida útil das instalações e das não conformidades aqui relatadas;
- 3) Inexistência de documento referente à aprovação de projeto de prevenção contra incêndio, bem como de Habite-se;**
- 4) Ausência de equipamentos móveis de proteção contra incêndio (extintores);**
- 5) Ausência de luminárias de emergência;
- 6) **Ausência de saídas de emergência** e de sinalizações de emergência nas rotas de fuga, áreas de risco e equipamentos de segurança;
- 7) **Fissuras nas paredes** causadas pelo longo uso e sem a devida manutenção preventiva;
- 8) Alguns pontos de **infiltrações, causados pela ineficiência da cobertura e ausência de dispositivos capazes de evitar o acúmulo de água proveniente de chuvas no interior do imóvel;**
- 9) **Instalações elétricas expostas**, sem a devida proteção mecânica e com a isolamento comprometida, localizadas em salas e circulações, **provocando riscos de choque elétrico aos alunos e funcionários que ali trafegam.**

Nesse contexto, encaminhou-se cópia do Laudo de Perícia Técnica realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar à Secretária de Educação e à Diretora da 12ª DIREN e, na mesma oportunidade requisitou-se informações sobre as providências tomadas para sanar, definitivamente, as patologias existentes na estrutura física da referida unidade de ensino.

Em resposta, a SEEC, **em setembro de 2011**, informou que o Engenheiro Civil daquela Secretaria visitou a Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros e realizou um levantamento das instalações físicas, considerando o Laudo Técnico Pericial, bem como o Relatório de Vistoria Técnica nº 012/11, do Corpo de Bombeiros Militar. Assim, estava sendo elaborado o orçamento dos serviços necessários.

A 12ª DIREN informou, **em outubro de 2011**, que todas as providências em relação à estrutura física da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros estavam sendo efetivadas.

Nessa senda, expediu-se por **3 (três) vezes** ofício à Secretaria Estadual de Educação requisitando a apresentação de projeto de reforma da referida escola, bem

como cronograma da respectiva licitação, tendo a SEEC respondido que os serviços de reforma da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros foram orçados e estavam instruindo o Processo nº 180110/2011-6, para após enviar a Secretaria de Infraestrutura – SIN com vistas à deflagração de processo licitatório.

Diante disso, requisitou-se à Secretaria de Infraestrutura informações sobre o andamento do processo nº 180110/2011, enviado pela SEEC. Nesse quadrante, a Secretaria de infraestrutura informou, **em março de 2012, que não existia nenhum registro de certame licitatório para a Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros.**

Primeiro, Excelência, a SEEC informou que a reforma estava prevista no orçamento de 2010, porém nunca aconteceu, depois noticiou que enviaria o processo de reforma para a Secretaria de Infraestrutura para fins de deflagração da licitação, porém esta Secretaria informou, já no ano de 2012, que não existia nenhum registro nesta repartição referente ao processo licitatório da escola.

Em face das informações contraditórias prestadas pelas duas Secretarias mencionadas requisitou-se à Chefe de Gabinete da SEEC para se manifestar sobre o desencontro de informações referentes ao Processo nº 180110/2011-6.

Assim, **em maio de 2012**, a Chefe da Gabinete da SEEC informou que não foi possível encaminhar o processo da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros, visto que o orçamento foi feito com base em preços de março de 2010 e a Secretaria da Infraestrutura está usando uma nova tabela de preços atualizada (base de janeiro de 2012), desse modo, logo que concluísse a atualização enviaria o processo à Secretaria de Infraestrutura.

Com isso, **em setembro de 2012**, expediu-se ofício à Secretaria de Educação e à Secretaria de infraestrutura para remeter cópia do edital de abertura de processo licitatório para a reforma da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros.

Nesse diapasão, **em outubro de 2012**, a Secretaria de Infraestrutura **informou, mais uma vez, que não chegou a esta Secretaria nenhum processo encaminhado pela SEEC, referente à reforma da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros.**

**Em março do corrente ano**, a SEEC informou que o orçamento da reforma da escola sob foco foi concluído no valor de R\$ 647.676,99 (seiscentos e quarenta e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos). Ademais, que está no aguardo de dotação orçamentária para encaminhar o processo já instruído sob o registro 180110/2011-6 para deflagração licitatória. .

**Enfim, Excelência, desde o ano de 2006 que o Estado através da Secretaria de Educação faz promessas para restaurar a estrutura da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros e o Parquet, pacientemente, vem esperando e acreditando nisso. Pois, primeiro existia previsão orçamentária, porém a reforma não se realizou, depois o processo com vistas à deflagração da licitação estava sendo instruído e por 2 vezes a Secretaria de Infraestrutura**

afirmou que nenhum processo com esse objeto chegou nesta repartição. Se não bastasse, a SEEC no mês passado, ou seja, após 06 anos do seu conhecimento das irregularidades na estrutura da escola sob foco, informou que ainda aguarda dotação orçamentária, o que exclui totalmente as esperanças da reforma acontecer ainda esse ano se depender da conveniência do Estado, já que o orçamento de 2013 já sendo executado.

**O caso em questão urge providências imediatas!!!** Como se percebe dos autos, até os jornais de circulação em Mossoró já noticiaram as calamidades presentes na escola em referência, a exemplo de infiltrações de água causadas pelas chuvas, deixando as salas alagadas, além de descargas elétricas nas paredes, etc.

Como se vê Excelência, a perícia atestou condições críticas e precárias em toda a estrutura física da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros, **com riscos, inclusive, de descargas elétricas e desabamento da edificação em razão das infiltrações.** Por sua vez, o Corpo de Bombeiros na última vistoria realizada no imóvel observou a inexistência de falta de projeto de prevenção contra incêndio e de certidão de habite-se, ausência de extintores e de saídas de emergência, fissuras nas paredes e infiltrações, bem como instalações elétricas expostas, causando riscos de choque elétrico às pessoas que ali trafegam, dentre outras irregularidades.

Entrementes, o que se nota é que desde que esse Órgão Ministerial tomou conhecimento da falta de estrutura da escola em epígrafe e começou a diligenciar perante os órgãos estatais pertinentes, nenhuma mudança de melhoramento ocorreu, pois por 4 (quatro) vezes o Corpo de Bombeiros elaborou relatório de vistoria e em todos constataram-se as mesmas irregularidades, além da perícia por Engenheiro Civil que, igualmente, constatou diversas patologias.

Repita-se, mais uma vez, que desde o ano de 2005 o Parquet vem tentando solucionar, pacificamente, o problema, tudo em conformidade com o seu dever institucional para garantir o direito fundamental de acesso à educação de qualidade.

No entanto, sobejou clarividente, também, que se inicia e conclui-se exercícios financeiros anuais sem que o Estado do Rio Grande do Norte adote as providências necessárias para a reforma da mencionada escola, apenas vem fazendo promessas procrastinantes, que nunca se concretizam.

A SEEC informou que realizou serviços de conservação e reparação nas instalações físicas da escola, no ano de 2005, cujo valor correspondeu ao valor de R\$. 14.760,87 (quatorze mil, setecentos e sessenta reais e oitenta e sete centavos). No entanto, todas as vistorias do Corpo de Bombeiros apontou diversas irregularidades após isso.

A Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros atende aproximadamente 300 (trezentos) alunos, com funcionamento do ensino fundamental de 1º ao 9º e ensino médio. Portanto, Excelência, inarredável o enorme prejuízo que diversas crianças e adolescentes e a sociedade estão sofrendo.



Não há outra conclusão a ser extraída dessa situação a não ser o descaso do Poder Público com aproximadamente 300 (trezentos) estudantes, sem falar nos Professores e Funcionários. **A escola mencionada precisa de reforma imediata**, para fins de sanar as patologias existentes, no intuito de eliminar os riscos e garantir segurança dos que ali trafegam, conforme sugestão do Corpo de Bombeiros.

**Não dá mais para esperar Excelência, pois desde o ano de 2005 a escola em foco vem sendo objeto de investigação e de tentativas de melhoramento, porém permanece em situação crítica até os dias de hoje, e o que se percebe é o pouco interesse do Estado do Rio Grande do Norte com essa situação.**

Assim, diante do quadro de descaso do Poder Público evidenciado, pergunta-se: Qual a preocupação do Estado com o seu dever de garantir às crianças e adolescentes o direito fundamental difuso à educação?

**Mesmo ciente de toda a situação da escola desde o ano 2005, repita-se, a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura optou por não viabilizar soluções, o que, inarredavelmente, demonstra a culpa do Estado na perseverança deste problema, bem como sua falha no cumprimento dos deveres para com a Educação e a sociedade.**

Torno a salientar, por oportuno, que o Corpo de Bombeiros além de verificar a inexistência de projeto de prevenção contra incêndio, atestou que inexistia certidão de **HABITE-SE (alvará de funcionamento)** referente ao prédio que **guarnece a Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros.**

Oportuno, pois, relembrar Excelência, o acontecimento na cidade de Santa Maria/RS que vitimou inúmeras pessoas, em que a Boate Kiss, local do episódio, não possuía **alvará de funcionamento e o auto de vistoria do Corpo de Bombeiros estava vencido.**

Temos certeza não ser do interesse da sociedade brasileira assistir a mais um episódio trágico caso providências não sejam tomadas em relação às graves deficiências estruturais já pericialmente constatadas na mencionada.

**Logo, Excelência, resta somente a esse Órgão Ministerial requerer a tutela judicial para que esse problema não perdure *ad infinitum*, já que a conjuntura observada somente leva a essa conclusão se o Estado do Rio Grande do Norte permanecer à vontade.**

## **2 - DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

Preliminarmente, cumpre fixar a competência da Justiça da Infância e Juventude para apreciação do conflito ora posto em Juízo, visto que é possível o surgimento de questionamento dentro da relação processual que se formará a partir do ajuizamento da presente demanda.

Primeiramente, devemos observar a disciplina trazida pela Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), concernente à competência da Justiça da Infância e da Juventude.

Neste sentido, dispõe o artigo 148, IV, do ECA:

Art. 148. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:

(...)

IV - conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no artigo 209.

Mais adiante, o Estatuto trata de esmiuçar a norma acima transcrita para asseverar que:

Art. 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular:

I - do ensino obrigatório;

(...)

III - de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

Deste modo, pela sistemática do Estatuto, demandas em que se discutam ações e serviços de educação frente ao direito de uma criança ou adolescente, ou uma coletividade delas, serão de competência do Juizado da Infância e da Juventude, em respeito ao princípio constitucional do devido processo legal.

O conceito de devido processo legal, na mesma medida em que aponta para um processo observante da legislação vigente, também aponta, como o nome já indica, um processo idôneo, apropriado à situação tutelável.

Assim, de acordo com o direito que se discute em juízo, haverá um tipo de processo e de tutela jurisdicional apropriada, de forma a se resguardar a efetividade deste direito.

Portanto, o princípio do devido processo legal apresenta uma plasticidade, de modo a permitir a adequada prestação jurisdicional, variando de acordo com o tipo de direito, ou, ainda, de acordo com o titular do direito, conforme o caso.

Na Infância e Juventude o processo há de pautar-se pela garantia da prioridade absoluta, conceito este que exige instrumentais apropriados de tutela aos direitos infanto-juvenis. **É esse o caso das disposições do ECA, que representam normas especiais de proteção, tendo, portanto, procedência sobre as normas gerais que determinam a competência das Varas da Fazenda Pública.**

Tal assertiva ganha força ao se perceber que a especialidade das normas estatutárias garante, dentre outros aspectos:

- 1º) o conhecimento da demanda por um Juízo dotado de uma equipe interdisciplinar, a qual colabora com o magistrado na construção da solução em cada caso;
- 2º) o julgamento da causa dentro de um sistema de proteção e atendimento pautado pela completude institucional, de forma a incitar os juristas a orientar suas posições dentro de um maior espectro de contato com áreas afins às demandas da educação (tais como saúde e assistência social);
- 3º) a aplicação de instrumentais de tutela diferenciados aos infantes, nos moldes previstos nos arts. 208 e seguintes do ECA; e
- 4º) o comprometimento jurisdicional com a especificidade dos demandantes infanto-juvenis, diferentemente de uma Vara da Fazenda Pública, em que os feitos relativos a crianças e adolescentes dividiriam espaço com vários outros tipos de feitos em que o Poder Público seja parte.

Assim, conclui-se que a garantia da prioridade absoluta será melhor consubstanciada em feito que transcorra perante o Juizado da Infância e Juventude, daí o disciplinamento estatutário.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça, por sua primeira turma, tem decidido, de forma reiterada, pela competência da Vara da Infância e da Juventude para processar e julgar demandas que envolvam o direito à educação de crianças e adolescentes, conforme ilustra o acórdão abaixo transcrito:

“ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA. JUÍZO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SISTEMA DA PROTEÇÃO INTEGRAL. CRIANÇA E ADOLESCENTE. SUJEITOS DE DIREITOS. PRINCÍPIOS DA ABSOLUTA PRIORIDADE E DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. INTERESSE DISPONÍVEL VINCULADO AO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO. EXPRESSÃO PARA A COLETIVIDADE. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. RECURSO PROVIDO.

1. A Constituição Federal alterou o anterior Sistema de Situação de Risco então vigente, reconhecendo a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, protegidos atualmente pelo Sistema de Proteção Integral.
2. O corpo normativo que integra o sistema então vigente é norteado, dentre eles, pelos Princípios da Absoluta Prioridade (art. 227, caput, da CF) e do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente.
3. Não há olvidar que, na interpretação do Estatuto e da Criança “levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento” (art. 6º).
4. Os arts. 148 e 209 do ECA não excepcionam a competência da Justiça da Infância e do Adolescente, ressalvadas aquelas estabelecidas constitucionalmente, quais sejam, da Justiça Federal e de competência originária.
5. Trata-se, in casu, indubitavelmente, de interesse de cunho individual, contudo, de expressão para a coletividade, pois vinculado ao direito fundamental à educação (art. 227, caput, da CF), que materializa, consequentemente, a dignidade da pessoa humana.
6. A disponibilidade (relativa) do interesse a que se visa tutelar por meio de mandado de segurança não tem o condão de, por si só, afastar a competência da Vara da Infância e da Juventude, destinada a assegurar a integral proteção a

especiais sujeitos de direito, sendo, portanto, de natureza absoluta para processar e julgar feitos versando acerca de direitos e interesses concernentes às crianças e aos adolescentes.

7. Recurso especial provido para reconhecer a competência da 16ª Vara Cível da Comarca de Aracajú (Vara da Infância e Juventude) para processar e julgar o feito.

(STJ – REsp 1199587/SE – 1ª Turma – Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima – Julgamento unânime em 21/10/2010 – Pub. DJe 12/11/2010 – Fonte: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br), em 18/05/2011).

É de lembrar-se, ainda, de que as normas de competência ora analisadas são de natureza absoluta, como estabelece o artigo 209 do ECA, de forma categórica:

Art. 209. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.

Por todas as implicações acima expostas, **fixa-se a competência da Vara da Infância e Juventude**, uma vez ser a que melhor resguardará, no caso concreto, a tutela dos direitos infanto-juvenis, assegurando julgamento com prioridade às causas que envolvam crianças e adolescentes, face à conduta inadequada ou omissão do Poder Público, exatamente como no presente caso.

### 3 - DA LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Constituição Federal e diversos outros textos legais conferem ampla legitimidade ativa ao Ministério Público para a defesa dos interesses indisponíveis da sociedade. Em seu artigo 129, inciso III, a Carta Magna determina ser o Ministério Público parte legítima para promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, por sua vez, atribui à instituição no artigo 25, inciso, IV, letra “a”, a função de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção, prevenção e reparação de danos causados ao meio ambiente e ao consumidor, o mesmo sendo verificado com a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), que também confere legitimidade ativa ao Ministério Público para propor ação civil pública.

Com efeito, o artigo 141 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, conferiu ao *Parquet* legitimidade para o ajuizamento de Ação Civil Pública para tutelar os interesses individuais, difusos e coletivos relativos à criança e ao adolescente. Senão vejamos:

É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.

Outrossim, assevera o mesmo diploma legal, no artigo 201, que: “Compete ao Ministério Público: (...) V - promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, inclusive os definidos no artigo 220, § 3º inciso II, da Constituição Federal;”

Apenas para ilustrar e rebater quaisquer dúvidas, veja-se a posição do renomado doutrinador HUGO NIGRO MAZZILLI<sup>1</sup> a respeito do tema:

Na defesa de interesses apenas individuais, raramente se justificará a iniciativa ou a intervenção da instituição. Poderão elas ocorrer quando a questão diga respeito a questões de saúde, EDUCAÇÃO, ou outras matérias indisponíveis ou de grande relevância social. Assim, tanto é problema do promotor de justiça zelar pelo acesso à educação de centenas ou milhares de menores, como de apenas uma única criança. (destaques acrescentados).

Nesse contexto, especificamente quanto à legitimidade do Ministério Público na defesa do Direito à Educação, colaciona-se o entendimento jurisprudencial abaixo:

**STJ garante legitimidade ao MP para a defesa do direito do menor à educação pública** (Resp 212961, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros).

O caráter social da educação confere ao Ministério Público a legitimidade e a competência necessárias para atuar na defesa processual, na condição de substituto, do direito de criança moradora em zona rural ter acesso ao ensino público. Este foi o entendimento firmado pela unanimidade da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, com base no voto do ministro Humberto Gomes de Barros, durante o exame e a concessão de um recurso especial proposto ao STJ pelo Ministério Público de Minas Gerais. A controvérsia judicial teve origem no pequeno município mineiro de Dores do Indaiá, onde o adolescente Marcus Roberto Acácio da Silva (13 anos) teve sua matrícula numa **escola pública** local recusada sob a alegação de falta de vagas no curso noturno. O menor procurou a **escola** municipal São Luiz por ser a única da cidade a oferecer a terceira série no horário da noite, único período em que o jovem poderia frequentar o centro de ensino, pois trabalhava durante o dia ordenhando vacas nas fazendas da região. Como os pais de Marcus se encontravam em lugar incerto e o menor estava sob a responsabilidade de terceiros, o promotor de justiça local foi acionado para garantir a matrícula no colégio público. Ele obteve êxito na primeira instância onde foi concedido um mandado de segurança garantindo o ingresso do adolescente no curso noturno apesar da não haver previsão de vaga. Nenhum dos motivos alegados é insuperável, nenhum leva à impossibilidade de soluções pelo administrador da escola, afirmou o juiz local. Insatisfeito com a decisão judicial que reconheceu o direito de Marcus Roberto estudar nas condições desejadas, o diretor da **escola** Antônio Rodrigues Filho recorreu ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais que julgou procedente uma apelação considerando o Ministério Público como ilegítimo para promover ações na situação de substituto processual, pois estaria, sem dúvida, exercendo atos atinentes e reservados à advocacia, o que lhe é vedado. Ao chegar ao STJ, contudo, a questão recebeu um tratamento diferente e que restabeleceu o direito do adolescente ao ensino. Segundo o ministro Humberto Gomes de Barros, o Estatuto da Criança e de Adolescente é taxativo ao fixar a competência do Ministério Público para propor mandado de segurança com o objetivo de defender os interesses sociais e indisponíveis das crianças e adolescentes (art. 201, IX, da Lei nº 8.069/90). O Ministério Público não está apenas legitimada, mas é competente. Vale dizer: tem o encargo legal de defender, em substituição processual, os interesses sociais da criança, afirmou o relator do recurso especial que também discorreu sobre a importância do tema. Em verdade, educação é o primeiro dos direitos sociais, não apenas em Direito Constitucional, mas na ordem natural das coisas. Ora, se há uma criança a

---

<sup>1</sup> In “A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo”. 9ª ed. São Paulo: Saraiva. Pág. 47.

quem se nega o direito à educação, não vejo como negar ao Ministério Público o direito-dever de substituí-la processualmente, pleiteando em nome dela a necessária prestação jurisdicional, concluiu o ministro Humberto Gomes de Barros na companhia dos demais ministros da Primeira Turma do STJ.

(Acesso em: 18 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.stj.gov.br>).

Assim, inequivocamente, há legitimidade ativa do Ministério Público para ajuizar a presente demanda.

#### **4- DO DIREITO QUE SE PRETENDE TUTELAR**

A Constituição Federal, em seu artigo 227, incorporou ao direito positivo brasileiro a chamada "DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE", que ao contrário do que ocorria com a sistemática anteriormente vigente, apresenta um enfoque eminentemente preventivo, colocando crianças e adolescentes na condição de sujeitos de direitos.

Procurou-se, em suma, assegurar que toda criança ou adolescente tivesse acesso irrestrito à cidadania plena, cabendo a cada um de nós colocá-los a salvo "*...de TODA FORMA DE NEGLIGÊNCIA, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão*" (*verbis* - artigo 227, *caput* da Constituição Federal – grifo nosso).

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 prevê, como instrumento fundamental de acesso à referida cidadania plena, a universalização da educação, em todos os seus níveis, estabelecendo, de forma categórica, que a educação é "*...direito de TODOS...*" (artigo 205 da Constituição Federal – grifo nosso), sendo também a todos, por princípio, garantido o "*...acesso e permanência na escola*" (*verbis* – artigo 206, inciso I, da Constituição Federal).

De fato, a instituição educativa, a serviço do bem estar social, complementa, ao lado da família, o desenvolvimento pessoal e social das crianças e dos adolescentes e contribui decisivamente para a melhoria de vida de cada cidadão.

Assim é que o citado artigo 227 da Constituição Federal, no que concerne em especial à educação da criança e do adolescente, enquanto direito público subjetivo a ser garantido com absoluta prioridade, estabelece que:

É dever da família, da sociedade e do Estado ASSEGURAR À CRIANÇA, ao adolescente e ao jovem, COM ABSOLUTA PRIORIDADE, o direito à vida, à saúde, à alimentação, À EDUCAÇÃO, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (grifo nosso).

A garantia de prioridade absoluta, referida no texto constitucional e no artigo 4º do ECA, compreende-se nas diretrizes a serem observadas pela Administração, sintetizadas neste último dispositivo, *in verbis*:

a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) **preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;**
- d) **destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.** (grifo nosso).

Como se observa, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional não tratam a educação como um fim em si mesmo, ou mero aparato de enriquecimento cultural, mas um verdadeiro caminho ou instrumento para construção de uma sociedade que se pretende justa, livre e solidária, **a ser garantido à criança e ao adolescente com prioridade absoluta, não podendo ser deixado para depois.**

O dever de proteger integralmente, com absoluta prioridade, os interesses infanto-juvenis engloba, sem dúvida, a obrigação do Estado adotar medidas que afastem esses interesses de toda as formas de risco e negligência.

**No caso em análise, verifica-se premente a obrigação do Estado do Rio Grande do Norte de executar as obras necessárias em toda a estrutura comprometida da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros.** Isso como forma de evitar **descargas elétricas e desabamento da edificação em razão das infiltrações** e outros riscos que causem eventuais danos à integridade física e à própria vida de diversos alunos, Professores e Funcionários.

De outro giro, sob o aspecto exclusivamente educacional, sabe-se que o artigo 206, VII, da Constituição Federal, garante que o ensino seja ministrado com base no já mencionado **princípio do padrão de qualidade**, que envolve desde as condições das instalações físicas de cada escola até o próprio desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

**Com efeito, não há que se falar no cumprimento de tal princípio constitucional quando a estrutura da escola sob foco encontra-se com instalações elétricas expostas (com possibilidade real de descargas elétricas), infiltrações e fissuras nas paredes, ausência de saídas de emergência e de extintores, ausência de portas nas salas, janelas quebradas, falta de local apropriado para a prática de Educação Física, telhas quebradas, etc.**

Cumprir destacar, ainda, que o Estatuto da Criança e do Adolescente garante o acesso e permanência na escola, preferencialmente próximo à residência da criança e do adolescente ou que, pelo menos, garanta o acesso através de transporte escolar.

Dessa forma, considerando as péssimas condições já narradas, cujas situações estão retratadas nos documentos contidos no incluso Inquérito Civil nº 065/2010 – 4ª PJM, não se pode negar que o Executivo Estadual não tem dado atenção devida à **Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros.** Assim, **devem ser tomadas medidas para compelir o Estado do Rio Grande do Norte a adotar, de fato, as providências necessárias que assegurem a reforma da referida escola de modo a possibilitar o seu funcionamento com educação de qualidade e a preservação da integridade física, vida e segurança do corpo discente e docente, além dos servidores lotados nessa instituição de ensino.**

## 5 - MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL FRENTE AO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 inseriu **a educação** no rol das normas fundamentais sociais como direito de todos e dever do Estado e da família, atribuindo competência para que os Entes da Federação possam legislar e promover o livre e adequado acesso desse direito a todo cidadão.

No entanto, o Estado, fundamentando-se na escassez econômica e estrutural, se utiliza de argumentos doutrinários e artifícios para tornar, em alguns casos, legítima a falta de acesso à educação. Dentre os fundamentos que o Poder Público se emprega para justificar a falta de oportunidade universal à educação pode-se destacar a **Teoria da Reserva do Possível**, de modo a fundamentar que a educação seja ofertada dentro da possibilidade dos recursos financeiros do Estado.

Esse posicionamento já foi sustentado, inclusive, para que na falta do acesso à educação, nem mesmo o Judiciário interferisse, sob pena de atentar contra o Princípio da Separação dos Poderes, tendo em vista que a competência, no que se refere às políticas sociais, é inerente à função administrativa do Estado, e não à Judicial.

Noutro pórtico, o Supremo Tribunal Federal, tem entendido no sentido de que no caso dos direitos fundamentais sociais, é possível a intervenção do Poder Judiciário para assegurar o acesso incondicional à educação infantil, não podendo o Estado alegar reservas ou indisponibilidade de condições para deixar de atender aos preceitos da Lei Maior, sob pena de não atender ao mínimo das condições de existência, bem como da dignidade do cidadão, conforme julgamento no Agravo Regimental nº 639337, da relatoria do Min. Celso De Mello, Segunda Turma, julgado em 23/08/2011.

E M E N T A: CRIANÇA DE ATÉ CINCO ANOS DE IDADE - ATENDIMENTO EM CRECHE E EM PRÉ-ESCOLA - SENTENÇA QUE OBRIGA O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO A MATRICULAR CRIANÇAS EM UNIDADES DE ENSINO INFANTIL PRÓXIMAS DE SUA RESIDÊNCIA OU DO ENDEREÇO DE TRABALHO DE SEUS RESPONSÁVEIS LEGAIS, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA POR CRIANÇA NÃO ATENDIDA - LEGITIMIDADE JURÍDICA DA UTILIZAÇÃO DAS "ASTREINTES" CONTRA O PODER PÚBLICO - DOCTRINA - JURISPRUDÊNCIA - OBRIGAÇÃO ESTATAL DE RESPEITAR OS DIREITOS DAS CRIANÇAS - EDUCAÇÃO INFANTIL - DIREITO ASSEGURADO PELO PRÓPRIO TEXTO CONSTITUCIONAL (CF, ART. 208, IV, NA REDAÇÃO DADA PELA EC Nº 53/2006) - COMPREENSÃO GLOBAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO - DEVER JURÍDICO CUJA EXECUÇÃO SE IMPÕE AO PODER PÚBLICO, NOTADAMENTE AO MUNICÍPIO (CF, ART. 211, § 2º) - LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DA INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM CASO DE OMISSÃO ESTATAL NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO - INOCORRÊNCIA DE TRANSGRESSÃO AO POSTULADO DA SEPARAÇÃO DE PODERES - PROTEÇÃO JUDICIAL DE DIREITOS SOCIAIS, ESCASSEZ DE RECURSOS E A QUESTÃO DAS "ESCOLHAS TRÁGICAS" - RESERVA DO POSSÍVEL, MÍNIMO EXISTENCIAL, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL - PRETENDIDA EXONERAÇÃO DO ENCARGO



**CONSTITUCIONAL POR EFEITO DE SUPERVENIÊNCIA DE NOVA REALIDADE FÁTICA - QUESTÃO QUE SEQUER FOI SUSCITADA NAS RAZÕES DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO -PRINCÍPIO "JURA NOVIT CURIA" - INVOCAÇÃO EM SEDE DE APELO EXTREMO - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. POLÍTICAS PÚBLICAS, OMISSÃO ESTATAL INJUSTIFICÁVEL E INTERVENÇÃO CONCRETIZADORA DO PODER JUDICIÁRIO EM TEMA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADE CONSTITUCIONAL.** - A educação infantil representa prerrogativa constitucional indisponível, que, deferida às crianças, a estas assegura, para efeito de seu desenvolvimento integral, e como primeira etapa do processo de educação básica, o atendimento em creche e o acesso à pré-escola (CF, art. 208, IV). - Essa prerrogativa jurídica, em consequência, impõe, ao Estado, por efeito da alta significação social de que se reveste a educação infantil, a obrigação constitucional de criar condições objetivas que possibilitem, de maneira concreta, em favor das "crianças até 5 (cinco) anos de idade" (CF, art. 208, IV), o efetivo acesso e atendimento em creches e unidades de pré-escola, sob pena de configurar-se inaceitável omissão governamental, apta a frustrar, injustamente, por inércia, o integral adimplemento, pelo Poder Público, de prestação estatal que lhe impôs o próprio texto da Constituição Federal. - **A educação infantil, por qualificar-se como direito fundamental de toda criança, não se expõe, em seu processo de concretização, a avaliações meramente discricionárias da Administração Pública nem se subordina a razões de puro pragmatismo governamental.** - Os Municípios - que atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil (CF, art. 211, § 2º) - não poderão demitir-se do mandato constitucional, juridicamente vinculante, que lhes foi outorgado pelo art. 208, IV, da Lei Fundamental da República, e que representa fator de limitação da discricionariedade político-administrativa dos entes municipais, cujas opções, tratando-se do atendimento das crianças em creche (CF, art. 208, IV), não podem ser exercidas de modo a comprometer, com apoio em juízo de simples conveniência ou de mera oportunidade, a eficácia desse direito básico de índole social. - **Embora inquestionável que resida, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo, a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, revela-se possível, no entanto, ao Poder Judiciário, ainda que em bases excepcionais, determinar, especialmente nas hipóteses de políticas públicas definidas pela própria Constituição, sejam estas implementadas, sempre que os órgãos estatais competentes, por descumprirem os encargos político-jurídicos que sobre eles incidem em caráter impositivo, vierem a comprometer, com a sua omissão, a eficácia e a integridade de direitos sociais e culturais impregnados de estatura constitucional.** **DESCUMPRIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DEFINIDAS EM SEDE CONSTITUCIONAL: HIPÓTESE LEGITIMADORA DE INTERVENÇÃO JURISDICIONAL.** - O Poder Público - quando se abstém de cumprir, total ou parcialmente, o dever de implementar políticas públicas definidas no próprio texto constitucional - transgride, com esse comportamento negativo, a própria integridade da Lei Fundamental, estimulando, no âmbito do Estado, o preocupante fenômeno da erosão da consciência constitucional. Precedentes: ADI 1.484/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.. - A inércia estatal em adimplir as imposições constitucionais traduz inaceitável gesto de desprezo pela autoridade da Constituição e configura, por isso mesmo, comportamento que deve ser evitado. É que nada se revela mais nocivo, perigoso e ilegítimo do que elaborar uma Constituição, sem a vontade de fazê-la cumprir integralmente, ou, então, de apenas executá-la com o propósito subalterno de torná-la aplicável somente nos pontos que se mostrarem ajustados à conveniência e aos desígnios dos governantes, em detrimento dos interesses maiores dos cidadãos. - **A intervenção do Poder Judiciário, em tema de implementação de políticas governamentais previstas e determinadas no texto constitucional, notadamente na área da educação infantil (RTJ 199/1219-1220), objetiva neutralizar os efeitos lesivos e**

perversos, que, provocados pela omissão estatal, nada mais traduzem senão inaceitável insulto a direitos básicos que a própria Constituição da República assegura à generalidade das pessoas. Precedentes. A CONTROVÉRSIA PERTINENTE À “RESERVA DO POSSÍVEL” E A INTANGIBILIDADE DO MÍNIMO EXISTENCIAL: A QUESTÃO DAS “ESCOLHAS TRÁGICAS”. - A destinação de recursos públicos, sempre tão dramaticamente escassos, faz instaurar situações de conflito, quer com a execução de políticas públicas definidas no texto constitucional, quer, também, com a própria implementação de direitos sociais assegurados pela Constituição da República, daí resultando contextos de antagonismo que impõem, ao Estado, o encargo de superá-los mediante opções por determinados valores, em detrimento de outros igualmente relevantes, compelindo, o Poder Público, em face dessa relação dilemática, causada pela insuficiência de disponibilidade financeira e orçamentária, a proceder a verdadeiras “escolhas trágicas”, em decisão governamental cujo parâmetro, fundado na dignidade da pessoa humana, deverá ter em perspectiva a intangibilidade do mínimo existencial, em ordem a conferir real efetividade às normas programáticas positivadas na própria Lei Fundamental. Magistério da doutrina. - **A cláusula da reserva do possível - que não pode ser invocada, pelo Poder Público, com o propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar a implementação de políticas públicas definidas na própria Constituição - encontra insuperável limitação na garantia constitucional do mínimo existencial, que representa, no contexto de nosso ordenamento positivo, emanção direta do postulado da essencial dignidade da pessoa humana.** Doutrina. Precedentes. - **A noção de “mínimo existencial”, que resulta, por implicitude, de determinados preceitos constitucionais (CF, art. 1º, III, e art. 3º, III), compreende um complexo de prerrogativas cuja concretização revela-se capaz de garantir condições adequadas de existência digna, em ordem a assegurar, à pessoa, acesso efetivo ao direito geral de liberdade e, também, a prestações positivas originárias do Estado, viabilizadoras da plena fruição de direitos sociais básicos, tais como o direito à educação, o direito à proteção integral da criança e do adolescente, o direito à saúde, o direito à assistência social, o direito à moradia, o direito à alimentação e o direito à segurança.** Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, de 1948 (Artigo XXV). A PROIBIÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL COMO OBSTÁCULO CONSTITUCIONAL À FRUSTRAÇÃO E AO INADIMPLEMENTO, PELO PODER PÚBLICO, DE DIREITOS PRESTACIONAIS. - O princípio da proibição do retrocesso impede, em tema de direitos fundamentais de caráter social, que sejam desconstituídas as conquistas já alcançadas pelo cidadão ou pela formação social em que ele vive. - A cláusula que veda o retrocesso em matéria de direitos a prestações positivas do Estado (como o direito à educação, o direito à saúde ou o direito à segurança pública, v.g.) traduz, no processo de efetivação desses direitos fundamentais individuais ou coletivos, obstáculo a que os níveis de concretização de tais prerrogativas, uma vez atingidos, venham a ser ulteriormente reduzidos ou suprimidos pelo Estado. Doutrina. Em consequência desse princípio, o Estado, após haver reconhecido os direitos prestacionais, assume o dever não só de torná-los efetivos, mas, também, se obriga, sob pena de transgressão ao texto constitucional, a preservá-los, abstando-se de frustrar - mediante supressão total ou parcial - os direitos sociais já concretizados. LEGITIMIDADE JURÍDICA DA IMPOSIÇÃO, AO PODER PÚBLICO, DAS “ASTREINTES”. - Inexiste obstáculo jurídico-processual à utilização, contra entidades de direito público, da multa cominatória prevista no § 5º do art. 461 do CPC. A “astreinte” - que se reveste de função coercitiva - tem por finalidade específica compelir, legitimamente, o devedor, mesmo que se cuide do Poder Público, a cumprir o preceito, tal como definido no ato sentencial. Doutrina. Jurisprudência. (grifos acrescentados). (www.stf.jus.br).

Dessa forma, entendeu a Suprema Corte ser legitimamente constitucional a intervenção do Poder Judiciário em casos de omissão do Estado no que se refere à implementação das políticas públicas decorrentes do texto constitucional.

É importante destacar que o Supremo Tribunal Federal assegura que o Princípio da Reserva do Possível não deve ser alegado nos casos em que se requer acesso à educação, em especial a infantil, sob pena de infringir-se o mínimo existencial garantidor da dignidade da pessoa humana e o pleno exercício dos direitos sociais. Além disso, o STF discorre sobre o princípio da proibição do retrocesso, alegando que ele “impede, em tema de direitos fundamentais de caráter social, que sejam desconstituídas as conquistas já alcançadas pelo cidadão ou pela formação social em que ele vive”.

Portanto, considerando que o direito à educação se presta a assegurar a dignidade da pessoa humana e, em consequência, ao mínimo existencial, correspondendo a um dever imposto ao Estado e garantido por preceitos péticos constitucionais, leis especiais, e inclusive por normas internacionais, em especial a Convenção dos Direitos Humanos, **conclui-se que não pode ser furtado sob qualquer alegativa.**

Diante disto, tem-se encontrado guarida nas decisões do Poder Judiciário, em especial, do STF, o qual tem assegurado, com base na dignidade da pessoa humana, princípios da razoabilidade e proporcionalidade, proibição do retrocesso dos direitos sociais já alcançados, e no mínimo existencial constitucional, o acesso à educação nos casos em que a Função Administrativa nega efeito à norma Constitucional.

A respeito do pretexto utilizado pelo Poder Público referente à Teoria da Reserva do Possível, lecionam Lima e Melo (2011):

vários autores brasileiros tentam se valer da doutrina constitucional alemã para inviabilizar um maior controle das políticas sociais por parte dos tribunais. Essa posição é discutível e, na verdade, não corresponde às exigências de um Direito Constitucional Comparado produtivo e cientificamente coerente.

[...]

**o Princípio da Reserva do Possível consiste em uma falácia decorrente de um Direito Constitucional Comparado equivocado, na medida em que a situação social brasileira não pode ser comparada àquela dos países membros da União Europeia (máxima do Princípio da Igualdade Material).**

“Devemos lembrar que os integrantes do sistema jurídico alemão não desenvolveram seus posicionamentos para com os direitos sociais num Estado de permanente crise social com milhões de cidadãos socialmente excluídos, um grande contingente de pessoas que não acha uma vaga nos hospitais mal equipados da rede pública, crianças e jovens fora da escola, deficiência alimentar, subnutrição e morte”. (grifo acrescido)(<http://portal.cfm.org.br>).

[...]

nem a reserva do possível, nem a reserva de competência orçamentária do legislador podem ser invocados como óbices, no direito brasileiro, ao reconhecimento e à efetivação de direitos sociais originários a prestações. O Princípio da Reserva do Possível representaria, pois, um limitador à efetividade dos direitos fundamentais e sociais. (grifo acrescido) (<http://portal.cfm.org.br>).

Por conseguinte, o Princípio da Reserva do Possível não deve ser utilizado como meio que justifique a ineficácia da atuação pública, mas como forma de defesa pela garantia de um mínimo existencial que assegure a dignidade da pessoa humana.

De outro giro, o fato de aceitar a reserva do possível como fundamento para a não efetivação do direito social à educação torna faticamente inócua a intenção projetada na norma constitucional.

Em vista dos posicionamentos apontados pelo ensinamento doutrinário atual e da inteligência dos julgados do Supremo Tribunal Federal se consagrou que o direito à educação como norma constitucional fundamental, de oferta cogente por parte do Estado se relaciona profundamente com o princípio da Dignidade Humana e a construção da Ordem Social, **dessa forma não pode o Poder Público alegar a falta de estrutura ou de recursos para deixar de oferecer acesso à educação, pois se assim o fizer, poderá o cidadão se socorrer do Poder Judiciário para que tenha efetivada tal garantia.**

À luz desse posicionamento, revela-se inválido o emprego do Princípio da Reserva do Possível por parte da Administração Pública, para justificar a falta de acesso à educação ou a qualquer outro direito social. Resta, então, que as normas referentes à educação são garantidas pelo Princípio da Proibição do Retrocesso Social, sob pena, de se assim não o for, de caracterização de mitigação do mínimo existencial necessário ao exercício da cidadania e patente afronta à dignidade da pessoa humana, hipóteses essas que são amplamente rechaçadas pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro.

**Desta feita, considerando que a SEEC informou que está no aguardo de dotação orçamentária para encaminhar o processo já instruído sob o registro 180110/2011-6 para a Secretaria de Infraestrutura com vistas à deflagração licitatória, ou seja, se desta vez o Estado resolver fazer a reforma da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros, só irá realizar no próximo ano, pois a Lei Orçamentária Anual de 2013 já está sendo executada. No entanto, Excelência, além de não ser aceitável que essa situação perdure por todo esse tempo, não se mostra conveniente que mais uma vez se espere que o Estado realize suas promessas.**

***Assim, através da presente demanda, vem o Ministério Público requerer ao Poder Judiciário a interferência no caso, a fim de garantir a restauração urgente da referida escola.***

## 6 - DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

Ainda sob a ótica do direito instrumental e buscando conferir maior efetividade ao processo, a presente demanda tem espeque no artigo 213 do Estatuto da Criança e de Adolescente, que autoriza a concessão de tutela antecipada quando presentes os requisitos do relevante fundamento da demanda e o justificado receio da ineficácia do provimento final, senão vejamos:

Art. 213. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 1º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citando o réu.

§ 2º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 3º A multa só será exigível do réu após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado o descumprimento.

Além disso, o artigo 12 da Lei nº 7.347/85 autoriza a concessão de medida de urgência em sede de ação civil pública:

Poderá o Juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita à agravo.

Somado a tudo isso, o Código de Processo Civil em seu artigo 273, incisos I e II, estabelece que o juiz pode conceder tutela antecipada, de cunho satisfativo, sempre que presentes os seguintes requisitos: prova inequívoca e convencimento da verossimilhança das alegações e, alternativamente: haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou

II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

In casu, a prova inequívoca restou evidenciada através da argumentação exarada nesta peça e de todo arcabouço documental anexo, de que as crianças e adolescentes da **Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros**, têm direito à educação de qualidade em espaço que proporcione o pleno desenvolvimento de suas faculdades intelectuais, através da garantia da integridade física, vida, segurança, direitos

estes garantidos constitucionalmente, além de **que referido direito não está sendo efetivado em face da inércia do Estado do Rio Grande do Norte.**

**Quanto ao fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, também é certa a sua existência na medida em que até o presente momento, ou seja, já tendo iniciado o ano letivo de 2013 a Secretaria do Estado da Educação e da Cultura e a 12ª DIREN ainda não tomaram as medidas necessárias para reformar plenamente a escola e, portanto, torná-la adequada para o recebimento seguro de crianças, professores e funcionários e que, por esse motivo, os mesmos estão sujeitos a diversos riscos em razão das irregularidades e patologias verificadas tanto no laudo pericial quanto no relatório de vistoria do Corpo de Bombeiros.**

Saliente-se que a decisão concessiva da tutela antecipada deve fixar multa cominatória por dia de descumprimento (*astreintes*), pois uma decisão judicial tão importante e tão relevante para a sociedade não pode correr o risco de não ser cumprida ou, ainda, de ser postergada pelo demandado, sem previsão de cumprimento.

A realidade atual urge ser alterada no mais curto espaço de tempo, obrigando o Governo atual a não recuar nesse propósito, sob pena de institucionalizar-se, de vez, o descaso para com a comunidade escolar defendida.

Requer-se que a multa diária a ser fixada para o caso de não cumprimento da decisão judicial tenha o seu valor sempre atualizado pelo índice vigente de correção monetária, como, ainda, seja aplicada na sentença final, revertendo-se em benefício do Fundo de que trata o artigo 13 da Lei de Ação Civil Pública.

Assim, presentes os requisitos exigidos em Lei, requer esse *Parquet*, desde já, a **CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA**, *in limine*, para condenar o Estado do Rio Grande do Norte a:

- 1) reformar, imediatamente, a Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros, reforma essa que atenda às adequações necessárias descritas tanto na perícia realizada pelo Ministério Público quanto no último Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros, com prazo de conclusão em até 60 (sessenta) dias;
- 2) caso não disponha o demandado de recursos financeiros suficientes para a reforma no ano em exercício, requer o remanejamento de verbas da publicidade institucional do Estado para serem aplicadas na recuperação da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros, com fulcro nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, dignidade da pessoa humana, mínimo existencial e da vedação ao retrocesso;
- 3) determine a intimação do demandado para o cumprimento da medida liminar anteriormente pleiteada;

Na hipótese de descumprimento, requer a aplicação de multa diária em desfavor do Erário Público Estadual no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), além de multa pessoal à Secretária de Estado da Educação e Cultura, Sra. Betânia Leite Ramalho, ou quem vier lhe suceder no curso da ação, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), que deverá ser revertida em favor do Fundo de que cuida o artigo 13 da Lei da Ação Civil Pública, como forma de obtenção do resultado específico pretendido, sem prejuízo dos comandos legais previstos no caput e § 5º do artigo 461 do CPC.

## **7 - DO PEDIDO FINAL**

Ante o exposto, fiel aos fatos e fundamentos acima traçados, requer este Órgão Ministerial, através de seu representante signatário, se digne Vossa Excelência:

1) em determinar a citação do réu para que responda aos termos desta ação no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

2) em apreciar o pedido de tutela antecipada requerida em todos os seus termos;

3) em condenar o Estado do Rio Grande do Norte na obrigação de realizar as obras de reparos necessários na Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros, de acordo com a descrição da perícia anexa e laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros, sob pena de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em desfavor do Erário Público Estadual e R\$ 1.000,00 (mil reais) em face da Secretária de Estado da Educação e Cultura, Sra. Betânia Leite Ramalho, ou quem vier lhe suceder no curso da ação, que deverá ser revertida em favor do Fundo de que cuida o artigo 13 da Lei da Ação Civil Pública;

4) caso não disponha o demandado de recursos financeiros suficientes para a reforma no ano em exercício, requer o remanejamento de verbas da publicidade institucional do Estado para serem aplicadas na recuperação da Escola Estadual Francisco Antônio de Medeiros, com fulcro nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, dignidade da pessoa humana, mínimo existencial e da vedação ao retrocesso;

5) ao final, julgar procedentes os pedidos desta ação, confirmando-se a tutela antecipada requerida ou concedendo-a na sentença, caso indeferida liminarmente;

6) a dispensa do pagamento de custas, emolumentos e outros encargos, desde logo, em face do previsto no artigo 18 da Lei nº 7.347/85 e do artigo 87 da Lei nº 8.078/90; além da intimação pessoal deste Órgão Ministerial dos atos e termos processuais, na forma da lei, mediante entrega dos autos com vista na sede da Promotoria, situada no endereço declinado no timbre *supra*, com

esteio nos artigos 236, § 2º, do CPC, e 41, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público;

Protesta o Ministério Público pela produção de todas as provas admissíveis em direito, especialmente testemunhal cujo rol segue abaixo, sem prejuízo de outras testemunhas eventualmente necessárias, documental – esta última ora anexada à inicial e constante nos autos do Inquérito Civil 065/2010- 4ª PmJM, – pelo depoimento do representante do réu, o que desde já requer.

Dá-se à causa o valor de R\$ 647.676,99 (seiscentos e quarenta e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos).

Pede deferimento.

Mossoró/RN, 17 de abril de 2013.

*JOSÉ HERCY PONTE DE ALENCAR*  
**4º Promotor de Justiça de Mossoró**

#### **ROL DE TESTEMUNHAS:**

1. **Neylton Nogueira Barbosa**, residente e domiciliado na Rua Vicente Martins, nº 446, Belo Horizonte, Mossoró;
2. **Jorge Antônio de Souza Filho**, Engenheiro Civil, endereço profissional: Rua Francisco Mota, nº 572, Bairro Presidente Costa e Silva, Mossoró;
3. **Franklin Araújo de Souza** – Comandante do 2º Sub Grupamento de Bombeiros Militar – Av. Felipe Camarão, s/n, Aeroporto, Mossoró.

Mossoró/RN, 17 de abril de 2013.

*JOSÉ HERCY PONTE DE ALENCAR*  
**4º Promotor de Justiça de Mossoró**